

Não queremos negociar salários... “naquela base”!

Como tem acontecido nos últimos vinte anos da história da Adusp, todo mês de março é marcado pelo início da construção da pauta de reivindicações de data-base. Isso acontece porque no dia 10/4/1991, em uma reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis, foi definido “o dia 1º de maio de cada ano como data-base para negociação salarial do pessoal servidor das Universidades Estaduais Paulistas” (trecho da Ata daquela reunião).

Nossas reivindicações salariais, como ocorre com todas as categorias de trabalhadores, visa repor a inflação do período, além de recuperar parte de nossas perdas históricas. Nosso referencial histórico, nos últimos anos, é o salário médio de 1989, primeiro ano de vi-

gência da autonomia. Isso representa cerca de 30% para os docentes e 36% para os funcionários. Assim, a reivindicação salarial apresentada pelo Fórum das Seis em sua pré-pauta unificada (publicada no Jornal do Fórum das Seis nº 3 e acessível na página www.adusp.org.br), para debatermos em nossa assembleia de 22/3, é a seguinte:

a) Reposição de x% para docentes e y% para funcionários técnico-administrativos das três universidades — correspondente à inflação do período maio/2010 a abril/2011 + uma parcela diferenciada para recuperar parte das perdas históricas de docentes e funcionários e eliminar a diferença na defasagem entre os dois segmentos a partir de maio de 2011);

b) Parcela de reposição que reduza injustiças sociais, diminuindo a relação entre o maior e o menor salário (Obs: não há consenso sobre este item no Fórum das Seis);

c) Revisão salarial no segundo semestre de 2011, de acordo com o compromisso celebrado entre o Cruesp e o Fórum das Seis em 10/4/1991.

Pretendemos apresentar nossa pauta ao Cruesp até 15/4. Com o intuito de estabelecer, conjuntamente, um calendário de negociação, o Fórum das Seis já oficiou à presidência do Cruesp, solicitando reunião para estabelecer acordo sobre as datas das reuniões, nas quais deba-

teremos as propostas vindas dos reitores e do Fórum das Seis.

Infelizmente, nos últimos anos as coisas não foram tão simples assim. Pelas mais variadas razões, as negociações têm sido “naquela base”: o Cruesp diz é isso, e pronto! Precisamos reverter esse quadro. Não po-

demos deixar que se repitam os desrespeitos dos reitores com relação à data-base. Para isso, é necessário mostrar que, para nós, data-base é coisa séria. Portanto, nada melhor do que uma assembleia expressiva, na qual possamos discutir e deliberar sobre nossa pauta de reivindicações.



Gatilho: e agora João?

E foi assim... Tudo começou em 1987. A história, até dezembro de 2010, você conhece bem.

Dezembro

No dia 10, a Reitoria apresentou à Adusp uma proposta de acordo para pagamento da dívida do gatilho refe-

rente a 1987, com deságio de 6,5%, sem prejuízo da continuidade da disputa judicial acerca dos pontos controversos. No dia 20, após analisar a proposta da Reitoria, a assembleia da Adusp aprovou que fizéssemos um acordo, pedindo explicações sobre os 6,5% e sobre a for-

ma de pagamento da dívida.

Janeiro

Ao longo do mês ocorreram várias reuniões com a Reitoria: houve acordo quanto ao método de cálculo mas persistiu uma divergência quanto ao valor devido, referente ao mês de dezembro

de 1987. A comissão da Reitoria insistia em não considerar no cálculo relativo a esse mês o reajuste diferenciado de julho de 1987, o que acarretaria uma diminuição dos valores a serem recebidos pelos docentes MS-2 a MS-6. No dia 28, em reunião de negociação, os representantes

da Adusp relataram o resultado da assembleia de 20/12, explicaram a lógica do cálculo da Adusp quanto ao mês de dezembro e apresentaram suas planilhas. Nessa reunião, o vice-reitor, que conduz a negociação

continua na pág. 2

Assembleia Geral da Adusp

3ª feira, 22 de março, 17h, no Anfiteatro da História (FFLCH)

Pauta: Campanha Salarial e Gatilho

USP, pública e democrática?

Uma aula pública com a participação de docentes, funcionários e estudantes, em sinal de protesto contra a arbitrária demissão em massa de funcionários, realizada em janeiro, lotou o auditório da História no dia 2/3. Os dizeres de uma faixa pendurada sintetizavam o sentimento de todos ali: “Nenhuma demissão! Reintegração imediata dos demitidos”.

Compuseram a mesa, para discutir sobre o tema “USP, pública e democrática?”, os professores Chico de Oliveira (FFLCH) e Luiz Renato Martins (ECA); e, como representantes das entidades, professor João Zanetic (Adusp), Aníbal Cavali, Mar-



Estudante intervém durante debate na Aula Pública de 2/3, na História

celo Pablito e Claudionor Brandão (Sintusp) e Camila Sousa (DCE-Livre).

No próximo dia 24/3, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa (Alesp) realizará uma audiência pública sobre as demissões de funcionários na

USP, requerida pelo deputado Carlos Gianazzi (PSOL), que terá lugar no Auditório Franco Montoro.

O reitor Grandino Rodas foi convidado, mas por lei não é obrigado a comparecer. “O mais provável é que ele não compareça. No entanto, isso trará grande desgaste para a Reitoria”, declarou o diretor do Sintusp Marcelo Pablito ao *Informativo Adusp*.

Gianazzi também conseguiu aprovar na Alesp requerimento em que pede à Reitoria esclarecimentos sobre o aluguel, pela USP, de imóveis fora do campus, para abrigar departamentos inteiros desalojados do Antigo Prédio da Reitoria.

continuação da matéria de capa

pela Reitoria, se comprometeu a analisar nossas planilhas, junto com sua equipe, e a responder aos questionamentos da assembleia.

Fevereiro

Em reunião de negociação realizada no dia 4, o vice-reitor anunciou que a Administração aceitava o método de cálculo proposto pela Adusp (boletim eletrônico de 4/2) e respondeu aos questionamentos da assembleia. Parecia que pouco faltava para firmarmos o acordo. Entretanto, ao verificarmos as contas apresentadas pela Reitoria, notamos que persistia a diferença relativa ao mês de dezembro. Questionamos o vice-reitor e nova reunião ficou prevista para 28/2. Todo esse esforço de negociação visava a evitar a expedição de precatório, processo que pode ser longo e incerto, para pagamento da parte incontroversa da ação.

Surpresa!

Na manhã de 28/2, beneficiários da ação receberam

uma mensagem assinada pelo reitor e intitulada “Gatilho já”. Nela, o reitor informa que, para imprimir celeridade ao processo, instruiu a Procuradoria Geral da USP “para peticionar ao Juízo, apresentando a metodologia de cálculo e requerendo a imediata expedição de precatório judicial...”. O reitor indica ainda a possibilidade de pagamento da dívida sem deságio. Na reunião de negociação ocorrida no mesmo dia, o vice-reitor leu e explicou a proposta divulgada pelo reitor.

Março

No dia 3, a assembleia da Adusp analisou o processo de negociação e deliberou enviar à Reitoria a proposta de pagamento da parte incontroversa da ação, por meio de acordo, sem o deságio, deixando para discussão, na parte controversa, o valor da dívida relativa a dezembro de 1987.

Encaminhamos ofício com a deliberação e aguardamos resposta da Reitoria.

Funcionários-empresários

Na semana passada, a mídia trouxe à luz um caso pedagógico, de um funcionário do governo estadual que se tornou, ao mesmo tempo, empresário (também contratado pelo governo) e pivô de conflitos de interesses entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e empresas e entidades privadas que “patrocinam” pesquisas sobre segurança pública.

Trata-se de Túlio Khan, coordenador de Análise e Planejamento da SSP, para a qual ele produzia estatísticas sobre a criminalidade. No mesmo dia em que o caso foi revelado, o governador Alekmin demitiu o funcionário-empresário, com base no seguinte entendimento: “Essa atividade empresarial dele é incompatível com o cargo que ocupa. Então, será substituído das suas funções”.

Khan recebia, no cargo público, 5 mil reais por mês, quantia considerada insuficiente por ele. Foram

seus próprios superiores na SSP que sugeriram, segundo ele declarou à *Folha de S. Paulo*, que Khan criasse uma empresa, que lhe permitiria ganhar por “certos projetos” [sic]. Sem deixar o cargo público, é claro!

Tornou-se ao mesmo tempo funcionário do governo e empresário que negociava com o governo. Tudo com o aval da SSP.

Foi acusado pela *Folha de S. Paulo* de usar a sua empresa para vender a outras empresas e entidades do setor privado as estatísticas que produzia. Na sua versão, porém, os clientes privados “apenas patrocinam os estudos, como forma de colaborar com as polícias e a segurança, e os dados só são divulgados às polícias”.

Ainda que a explicação do sociólogo seja verdadeira, indaga-se: como é que empresas privadas interessadas em segurança patrocinam estudos do poder público sobre segurança? Isso compromete ou não a credi-

bilidade das estatísticas do governo paulista sobre crime e violência?

E os outros?

Agora que o governador declarou a incompatibilidade entre a “atividade empresarial” de Khan e “o cargo que ocupa”, indagamos: e os outros funcionários-empresários que vêm sendo estimulados e protegidos pelas gestões estaduais?

Como fica a situação dos médicos, docentes da USP, que controlam a Fundação Zerbini e a Fundação Faculdade de Medicina e instalaram por meio delas no InCor e no HC (públicos, SUS) empresas que lhes pertencem e que lucram com a venda ilegal de serviços médicos e hospitalares a particulares? E quanto às demais fundações (FIA, Fipe, Vanzolini etc.), geridas por docentes, e beneficiárias de milionários contratos com o governo estadual? Nenhuma palavra a dizer, Reitor?

“A necessária valorização dos níveis iniciais da carreira docente”

Em 10/2, o Fórum das Seis enviou ao então presidente do Cruesp, professor Fernando Ferreira Costa, carta aberta referente à necessidade de valorização do nível inicial da carreira docente, na qual propõe o agendamento de reunião entre os reitores e as associações de docentes das três universidades públicas estaduais, para tratar do tema. A carta afirma que “as universidades estaduais paulistas devem tomar a iniciativa de elevar o salário base inicial” e com isso fazer “da carreira acadêmica uma alternativa real de trabalho”. A

seguir, os principais trechos do documento:

Na sociedade brasileira, duas ações devem ser executadas com urgência: a primeira consiste em estimular a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a educação em escala nacional e a segunda em atrair jovens para o trabalho como docentes nas universidades, principalmente as públicas. A primeira ação depende da segunda e, portanto, para implementá-las, o trabalho em pesquisa, ensino e extensão deve constituir-se em alternativa atraente para os jovens. É grande o número

de recém titulados em universidades públicas que buscam trabalho no mercado financeiro, porque lá encontram emprego e melhor remuneração do que teriam se optassem pela carreira acadêmica. Para alterar essa realidade, as universidades públicas devem oferecer um salário inicial atraente, o que hoje não ocorre.

Ao lado dos baixos salários, especialmente em início de carreira, no Brasil, a produção acadêmica está fortemente concentrada nas universidades públicas, com destaque para as três universidades estaduais paulistas.

A pressão por produção acadêmica direciona o trabalho de pesquisa dos docentes destas universidades para áreas que têm a aprovação das agências de fomento e que versam sobre assuntos passíveis de publicação em periódicos indexados, via de regra, sediados fora do país. No extremo, estas condições de trabalho podem dificultar e criar barreiras para o trabalho de pesquisa e desenvolvimento de áreas que não se identificam com estes critérios.

(...)

A universidade no Brasil tem como uma de suas missões formar pessoal qualificado para se inserir no mercado de trabalho brasileiro. A carreira acadêmica deve constituir alternativa real nesse mercado e, para tanto, um salário inicial atraente torna-se fundamental, além de proporcionar um ambiente saudável de trabalho dentro de uma ótica coletiva, diminuindo a individualização e ações deletérias à saúde mental e física dos docentes.

O Fórum das Seis tem a convicção de que nossas universidades – Unesp, Uni-

camp e USP – devem assumir essa tarefa, abrindo caminho para a criação de condições adequadas para o desenvolvimento acadêmico e tecnológico. Propõe, ainda, que o salário inicial e o estabelecido ao longo da carreira sejam instituídos de forma isonômica nas três universidades públicas estaduais e que essa isonomia seja mantida de forma igualitária, inclusive no que se refere aos direitos à aposentadoria.

Nesse sentido, entendemos que as universidades estaduais paulistas devem tomar a iniciativa de elevar o salário base inicial, com o intuito de atrair, de fato, esses novos e jovens trabalhadores, fazendo da carreira acadêmica uma alternativa real de trabalho.

Para tratarmos dessas questões, constantes da pauta específica de data-base dos docentes das três universidades públicas paulistas, reivindicamos o agendamento de reunião do Cruesp com as Associações Docentes – Adunesp, Adunicamp e Adusp, logo após o final da data-base 2011.

Núcleo de Consciência Negra pode perder a sede. Coesf vai demolir barracão e não aceita conversar

O Núcleo de Consciência Negra (NCN) foi criado em 1987, contando com a participação da Adusp, APG, DCE e Sintusp. Responsável por inúmeras atividades de combate ao racismo dentro da USP, o Núcleo está sofrendo ameaça de expulsão da sua sede, que funciona em um barracão localizado no entorno da Faculdade de Economia e Administração. As perseguições ao NCN se intensificaram no final de 2010, quando o titular da Coordenadoria do Espaço Físico (Coesf), professor Antonio Marcos Massola, vetou a permanência da entidade no local em que hoje se encontra.

Desde que suas atividades foram transferidas para o barracão, há 15 anos, a entidade solicitou formalmente à USP a concessão de uso do espaço físico. Em 30/8/2010, finalmente, a Comissão de Orça-

mento e Patrimônio (COP) deu parecer favorável à formalização do Termo de Permissão de Uso. No entanto, a decisão foi imediatamente vetada pelo professor Massola, que alegou, em ofício, haver necessidade de utilização do espaço para a construção de um centro internacional. Como a USP já abriu licitação pública para a contratação de uma empresa de demolição, a sede do NCN parece estar com os dias contados.

A funcionária do ICB Maria José Menezes, Zezé, que é uma das coordenadoras do NCN, afirma que a entidade vem tentando entrar em contato com o professor Massola, inutilmente. “A Universidade nunca nos recebeu bem. Toda forma de reivindicação que tentamos fazer sempre é barrada, não há abertura”, conta. Massola já deu o avi-

so de que o espaço hoje ocupado pelo Núcleo será desativado no primeiro semestre de 2011.

No dia 23/3, o NCN realizará a sua própria calouzada em sua sede, cujo tema será “Acesso à Universidade – cotas raciais e políticas de inclusão”. O evento terá início às 16 horas, com atividade de Fanzine. Às 17 horas haverá o debate “Ações Afirmativas da USP”, participando da mesa os professores Emerson Inácio e Antônio Sérgio Guimarães, ambos da FFLCH; o presidente da Adusp, professor João Zanetic; Marcelo Pablito, representante do Sintusp; Douglas Belchior, do Uniafro; e um(a) representante do DCE. O encerramento será uma festa com a participação do coletivo “Prato do Dia”, que toca samba, suíngue, reggae, funk e groove.

EACH é tema do próximo Sarau da Adusp, em 18/3

“A USP na parte leste da cidade de São Paulo: desafios da expansão do ensino superior” é o tema do próximo Sarau da Adusp, a ser realizado no dia 18/3, sexta-feira, a partir das 18h30, na sede da entidade.

Os debatedores serão os professores Luiz Menna-Barreto e Graziela Perosa, ambos da Escola de Artes,

Ciências e Humanidades (EACH) e autores, como a professora Gislene dos Santos, de artigo publicado a respeito na edição 47 da *Revista Adusp*: “Desafios da expansão do ensino superior: a ‘face leste’ da USP”.

Após o debate, será servido coquetel. O Sarau da Adusp é aberto à participação de todos. Compareça!

30 anos do ANDES-SN

Quase 300 delegados participaram do 30º Congresso do Sindicato Nacional, que exigiu investimentos de 10% do PIB na educação

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) realizou em Uberlândia (MG) o seu 30º Congresso. No período de 14/2 a 20/2, representantes da categoria debateram o tema “Universidade Pública – Trabalho Acadêmico e Crítica Social”, mostrando mais uma vez o comprometimento com a defesa dos interesses e direitos dos docentes e com a transformação da sociedade brasileira.

Participaram 292 delegados e 41 observadores, representantes de 61 seções sindicais, dispostos a defender o Andes-SN como “instrumento dos docentes na construção da universidade pública e das condições de trabalho, a partir da intensificação do trabalho de base na categoria, fortalecendo e ampliando a unidade com o movimento classista e autônomo” (Carta de Uberlândia, 25/2/2011).

A Adusp levou oito delegados ao 30º Congresso. Um deles, o professor Andrés Verecik (FZEA), afirma que as realidades das universidades participantes não são tão diferentes

quanto a distância poderia indicar: “Foi possível definir alguns assuntos comuns na reunião dos sindicatos das universidades estaduais: a questão do financiamento, as condições de trabalho dos docentes, a questão da democratização das universidades — que para nós da Adusp são tão importantes. A maioria das estaduais sofre dos mesmos problemas e esses assuntos serviram como uma bandeira de luta para podermos enfrentá-los”.

Fundações e PNE

Igualmente presente no Congresso, o professor João Zanetic (IF), presidente da Adusp, relata que a delegação foi bastante atuante nas discussões de grupo e nas plenárias. Entre os temas de maior importância, cita a questão das fundações privadas ditas “de apoio”. “É importante o fato de que o Andes-SN resolveu tornar permanente o grupo de trabalho sobre fundações (GT Fundações), dado que estas estão muito vivas e presentes aqui na USP, inclusive com o curso de graduação pago criado recentemente, o que para nós é muito grave”, explica.

Além disso, Zanetic destaca as ações de enfrentamento do Andes-SN ao Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2011-2020, encaminhado ao Congresso pelo governo federal: “Considero importante que nós tenhamos aprovado a luta por um PNE que se oponha ao apresentado pelo governo Lula no final do ano passado”. O PNE-Proposta da Sociedade Brasileira, defendido pelo sindicato nacional e pela maior parte dos movimentos sociais, inclui a exigência de um investimento anual em educação da ordem de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, contrastando com os 4% atuais.

O professor Demóstenes Filho (Esalq), que saiu delegado ao Congresso pela primeira vez, revela-se impressionado com as dificuldades enfrentadas por universidades em todo o país. “Foi muito interessante vivenciar as dificuldades dos docentes não só dentro da USP, mas no Brasil inteiro, em diferentes condições. Pude vivenciar o problema que está ocorrendo nas federais, que li-

dam diretamente com o governo federal, e nas estaduais, que detêm uma diversidade muito maior de problemas. Em muitos Estados a situação é pior do que em São Paulo, é muito precária”, comenta.

Polêmica

A Adusp propôs ao 30º Congresso mudar o estatuto do Andes-SN, de modo a reduzir de 83 para 35 o número mínimo de integrantes das chapas concorrentes à direção do sindicato nacional. A nominata completa da direção compreende 83 cargos, e o estatuto determina que só têm direito à inscrição chapas que preencham todos eles. Convencida da necessidade de democratizar o processo eleitoral do Andes-SN, a Adusp submeteu a voto o texto-resolução 37, que autorizava a aceitação de chapas que preencham, além dos 11 cargos da estrutura central (presidente, vice-presidentes, secretário-geral, secretários-as, tesoureiros-as), apenas os de primeiro e segundo vice-presidentes de cada uma das 12 secretarias regionais.

“A Adusp se fez notar, como sempre, com sua marcante seriedade nas discussões e com as ponderações sempre pertinentes de seu presidente e demais delegados”, declara, a respeito, o professor Arsenio Peres (FOB). “Importante frisar que a proposta de resolução apresentada pela Adusp, de alteração no número de participantes das chapas para concorrerem ao pleito sindical, gerou polêmica construtiva e com o firme propósito de resgatar o importante papel da oposição no cotidiano político de nosso Sindicato. Apesar de vencida no plenário, a idéia mostrou congruência assertiva e deve caminhar naturalmente para ser consenso entre a militância sindical do Andes-SN”.

Para o presidente da Adusp, houve uma clara evolução no debate: “Foi uma derrota menor do que aquela que tivemos há 12 anos, quando também propusemos isso e apenas 12 delegados votaram a favor. Dessa vez nós tivemos 53 votos a favor”, conclui o professor Zanetic.

Relatório de tesouraria. Período de agosto a outubro de 2010

MÊS	SALDO DO FUNDO DE RESERVA ¹	CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DOS ASSOCIADOS ²	SALÁRIOS E ENCARGOS	DESPESAS DE COMUNICAÇÃO	DESPESAS GERAIS RESTANTES ³
NOVEMBRO/10	R\$ 1.186.885,47	R\$ 168.200,91	R\$ 110.127,85	R\$ 21.002,30	R\$ 27.918,33
DEZEMBRO/10	R\$ 1.176.762,77	R\$ 168.015,49	R\$ 161.953,32*	R\$ 49.094,40**	R\$ 51.097,01
JANEIRO/11	R\$ 1.185.309,63	R\$ 168.055,29	R\$ 101.392,76	R\$ 7.113,34	R\$ 38.013,53
FEVEREIRO/11	R\$ 1.193.983,41	R\$ 165.688,16	R\$ 114.539,83	R\$ 19.726,52	R\$ 39.932,61

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembleia Geral 2) Descontados os repasses ao Andes-SN 3) Assessoria jurídica, contábil e de imprensa, infra-estrutura, materiais permanentes, campanhas, publicações *Inclui pagamento de 13º salário **Inclui confecção de agendas para os sócios